

Fundamentos e Fatores Psico-sociais do Poder Nacional

JOSÉ DE ALMEIDA RIOS

PODER NACIONAL

«É a expressão integrada dos meios de tôda ordem de que a Nação dispõe, efetivamente, no momento considerado, para promover, no seu âmbito e no campo internacional, a consecução e preservação de seus objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos existentes».

PODER NACIONAL

«Capacidade do Estado para a utilização dos meios já disponíveis e de seu Potencial».

POTENCIAL NACIONAL

«Recursos de tôda ordem de que o Estado dispõe, efetivamente, para sua evolução e Segurança.»

INTRODUÇÃO

Aqui estamos neste momento para impor uma cruzada com o idealismo da parte nova e de cultura exponencial de nosso país. Somos movidos pela determinação de modificar conceitos históricos de vultos eminentes da cultura universal, quando alguns, como Spencer, compararam a história das Nações como aquela própria dos homens. Começam na juventude, com os sonhos, os devaneios e as manifestações do instinto; caminham pela virilidade, com ímpeto, segurança, precaução, firmeza e decisão consciente; chegam à velhice, com desenganos, fraquezas, desalentos e a contemplação pela inércia. TOYNBEE acredita também nesta seqüência. Diz que as civilizações começam muitas vezes sem passado e anonimamente iniciam seu período de grandeza. Atingem seu apogeu com a ciência, a racionalização do modo de viver e produ-

zir e o aperfeiçoamento da administração pública. Em seguida, vem a fragmentação pela ambição de grupos que se destroem e se aniquilam. Os povos não se extinguem fisicamente, mas sobrevivem despojados de substância, tal como compara SPENGLER, significativamente. São troncos gigantescos, secos e sem seiva, diz êle, que por séculos e séculos permanecem eretos na floresta, elevando para os céus os galhos mortos. Referiu-se, com evidência, à China, Índia e Egito. Este sustentou por quatro mil anos uma grande civilização. Aqui estamos para torcer ou retardar o mais possível o fatalismo histórico, integrando a vida de nossa Pátria dentro dos mais potentes recursos da ciência e da técnica do século, da força e da determinação de um caráter forte, de uma moral e dignidade dos bravos, do idealismo e da elevação dos grandes espíritos. Cuidaremos do homem mais e tanto mais quanto da máquina. Empregaremos os maiores recursos no seu estudo, na sua formação, e, selecionaremos os verdadeiros valores dando a mesma oportunidade a quantos estejam em quaisquer camadas sociais. Saberemos encontrar, autênticamente, os 10% de predestinados a serem os delegados do homem na dirigência de seu Estado e de seu povo. Imporemos, mais que um fator negativo de uma população incapaz, de uma natalidade e demografia inquietantes, um elemento decisivo do Poder Nacional, de força, de decisão e de evolução. Encontraremos meios de capacitar o maior número, de ocupar os imensos e perigosos espaços vazios do território, de cruzar os céus de fios e a terra de faixas claras penetrando e cruzando caudalosas correntes líquidas. Veremos as artérias e veias do sistema hidrográfico, ora formando tumores imensos de regularização e de força, ora sendo trilha prenhe de barcos e navios. Resfolegando pela imensa rede de aço, aqui forjada e aqui mesmo montada, correrão os monstros da força e do progresso, frutos de oficinas gigantescas, levando a riqueza do subsolo ou trazendo o produto elaborado.

Para isso, existe no presente século o método apropriado. O Planejamento, fruto da ciência, da técnica e da organização, não tem bandeira nem pátria nem tampouco é posse de privilegiados. Ele existe quando também existe a determinação, a consciência de seu valor; e a disposição e capacidade de conquistá-lo. O mais fácil, o mais rápido, o mais seguro é o estudo e o trabalho em equipe, coordenando e centralizando pesquisas, discutindo e encarando todos os ângulos e dependências, estabelecendo sinergia de movimentos e de idéias para uma opinião e conclusão seguras.

Eis o que se propõe a filosofia dos estudos da Escola Superior de Guerra, e a sua aplicação prática no Instituto de Segurança Nacional.

Nós, como Diretor da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação e Cultura, arcamos com a responsabilidade de maior volume de atribuições integradas no setor psico-social,

dado que nos cabe a Educação e a Cultura. Deveremos pesquisar e colher informações em todos os quadrantes da imensidão geográfica e a variedade de culturas de nosso país. Verificando as falhas, os vácuos, as necessidades, os resultados das ações e os fracassos das experiências, analisaremos em equipe, dando elementos básicos para o planejamento e para elaboração das informações para o C.S.N. Elaboraremos as conclusões, recomendaremos e sugeriremos novos caminhos e mais sadias diretrizes a serem seguidas. Eis a cruzada a ser proposta aos meios universitários do país. Vencendo a ignorância, transpondo obstáculos, relegando vicissitudes, atingiremos e perseguiremos os marcos que delimitam as mais sublimes aspirações de nossa Pátria e os objetivos por que almeja a nacionalidade.

A DEMOGRAFIA

A inicial aspiração de uma Nação é possuir terra, em amplitude e qualidade que permita conter riquezas e potencial para que sua população encontre meios primários de aumentar o Potencial que lhe dará Poder. Quando isso consegue, torna-se um País. Não basta, que disponha de terra e do núcleo populacional, pois que a cultura está sujeita a trocas, intercâmbio, intromissão ou transmissão, com que procurará erguer, com esforços de seus filhos, os alicerces de uma civilização. Contudo, para que tal fenômeno se instale, necessita estruturar-se em garantias e convenções, com que se incentiva e progride na sua expansão. Desde que adquira direitos e prerrogativas, instala a rête externa com que manterá os compromissos e direitos de Soberania. Torna-se, assim, um Estado. Quando predominava a fôrça e o direito internacional constituía convenção de privilégios dos fortes, muitos países deslocaram e ampliaram fronteiras. Quando isso foi conseguido, tornaram-se os maiores defensores da propriedade territorial. A última conquista de terras, por meios violentos, nós a verificamos ainda em nossos dias. Foi a guerra do Chaco. Nosso país historicamente nasceu grande e a tradição política das Capitanias, dos Coronéis, dos contrafortes geográficos da Serra do Mar, da hostilidade indígena, das epidemias e dos perigos da penetração, aliados ao espírito político de elevado nível dos homens do Império, forneceram-nos as condições precisas para que não nos tivessemos tornado um campo de pequenas colônias européias ou pequenos Estados, lutando entre si, exterminando-se e aniquilando-se. Ajudaram muito a resistência de Portugal e as atitudes decididas de patriotas, desde os limites mais longínquos do sul, do norte e do noroeste do país. Às vêzes contrariando as decisões centrais dos movimentos políticos, os patriotas obrigaram decididamente a retomada de posição. Os primeiros atos de ocupação eram movidos pela ambição de lutar e conquistar riquezas, tendo sempre à vista embarcações

para apressar o retorno precoce em caso de fracasso. Assim, as cidades brasileiras litorâneas, via de regra, estenderam-se acompanhando a orla marítima, evitando perder o sistema natural de defesa dos acidentes geográficos. Continuando a luta, ainda pela ambição e destemor, iniciaram-se as bandeiras, não sem que lançassem mão de meios desumanos quando a isso eram obrigados pela contraposição dos habitantes primitivos. Contudo, deste modo, conquistaram êles pela coragem, pela intrepidez e pela determinação, a pose definitiva de vastos rincões inexplorados. O aumento da população processou-se rapidamente, muitas vezes com as grandes famílias que nos proporcionaram os Coronéis, Senhores de Engenho, Grandes Donatários, Condes e Barões. Por outro lado, a fundamentada economia feudal e rural, concentrada em poucas mãos e a política circunscrita a dois partidos principais, veio nos trazer a unidade da Pátria. A função de assistente social dos grandes senhores feudais unificou o pensamento político.

Contudo, a posse do território, por mais vasto e rico, não resulta positivamente na conquista do bem-estar, a não ser que os possuidores se capacitem que têm que obedecer certas regras e disposições, que facilitem o aproveitamento racional e conveniente da propriedade. PICOU, escrevendo sobre as terras pobres da Amazônia, disse: pode-se viver na maior pobreza nas terras mais ricas e na maior abastança nas terras mais pobres. Contudo, seja qual fôr o estágio de evolução, é na ebulação de sua mobilidade social que vamos encontrar os maiores coeficientes de poder dentro do fator psico-social. Procuremos a transmissão ou intromissão de culturas favoráveis e de recursos de aculturação sadios, em condições auspiciosas a que se estabeleça fácil sincretização. Métodos sugestivos de mobilização interna e determinação de informar e maior número para seus grandes destinos. Correção de fatores adversos que possam deformar o caráter e a moral de suas elites, fontes seguras de educação pelo exemplo. Outros fatores e condições demográficas tanto podem tornar-se elementos fundamentais do Poder como coeficiente negativo.

Assim, deveremos considerar quanto à população:

- a) volume;
- b) densidade;
- c) distribuição;
- d) estrutura social;
- e) força de trabalho;
- f) qualificação;
- g) unidade de pensamento nas questões básicas e preservação de cultura, aspirações e objetivos a serem alcançados.

No censo de 1950 verificamos que a população de 51.944.397, 31% habitavam cidades ou sejam 16.277.567 pessoas. O número de cidades era de 1.894. Se na consideração de cidades seguisse-

mos o critério estrangeiro, o número seria bem menor do que a estatística oficial. O número de cidades de 2.000 habitantes para cima seria bem menor. Assim contávamos a seguinte distribuição:

858 cidades de menos de 2.000 habitantes;
595 de 2.001 a 5.000 habitantes;
230 de 5.001 a 10.000 habitantes;
108 de 10.001 a 20.000 habitantes;
64 de 20.001 a 50.000 habitantes;
21 de 50.001 a 100.000 habitantes;
3 de 100.001 a 200.000 habitantes;
5 de 200.001 a 500.000 habitantes;
3 de mais de 500.000 habitantes.

Já no censo de 1960 verificou-se que em 70 milhões de habitantes, cerca de 43 milhões, ou, 61% viviam no campo e, 27 milhões, ou, 39%, viviam na zona urbana. De 1950 a 1960 dobrou a velocidade da urbanização brasileira. Em 1970 a inversão se fará sentir nitidamente, devendo a urbanização atingir a 58% da população. É preciso notar que a produção agrícola e sensivelmente a produtividade, aumentaram satisfatoriamente. A urbanização é fator favorável para as ações educacional e assistencial. Dentro da realidade brasileira é preciso falar em êxodo rural com mais cuidado e 3,6%, frente ao potencial ainda inexplorado, à inépcia administrativa e ao desperdício.

A unidade de provimento no Brasil foi realmente a fazenda. O desenvolvimento industrial aumentou o número de centros urbanos, contando São Paulo 50% de sua população vivendo na zona urbana.

Houve outro essencial fator de formação de cidades com a sugestão das vias de escoamento da produção agrícola — a orla marítima pelo comércio de exportação e as margens fluviais.

Para MORTARA a classificação de cidade é um aglomerado de população de 5.000 habitantes. Antigamente, no Brasil colônia e imperial, a classificação era um título honorífico. Salvador foi a primeira cidade do Brasil, quando Governador-Geral Tomé de Souza, em 1548.

No censo de 1950 havia 478 aglomerados de mais de 5.000 habitantes, com um total de 13.925.769 habitantes, ou 26,88% da população do país. 13% ou 6.853.235 eram aglomerados de mais de 100.000 habitantes, ou 13% da população total. É muito difícil distinguir o sentido urbano e rural de um aglomerado social do interior. Por outro lado, urbanização e industrialização diferem discretamente em seu conteúdo. Predomina, na segunda, a massificação ou organização operária e na primeira, o aglomerado é muitas vezes, burocrático. A urbanização sadia é um fenô-

meno favorável, especialmente no que se refere ao sentido educacional. Capitalização rural é fator primordial de urbanização sadia. Em nosso país tem havido uma urbanização média de 5% da população. Outro fenômeno social de importância são as migrações internas. Como fato geral, o problema carece de importância. Contudo, em nosso país existe espoliação de áreas enormes e sobrecarga em regiões concentradas. Nos E.U.A., 30% da população vive fora do Estado de nascimento e no Brasil 4,15%. No primeiro país, cerca de 20% da população do país muda para outros estados. Cálculos de probabilidades revelam que os E.U.A. terão em 1965, 195 milhões de habitantes, havendo um aumento de 45 milhões em 15 anos. Houve pois, uma taxa de crescimento de 20%. A Renda individual subiu de 50%. As pessoas em idade de trabalho aumentaram em 10%. A média da idade é de 29 1/2 anos. Estão assim distribuídos:

1960	1965 (aprox.)
48 milhões vão à escola;	50 milhões vão à escola;
68 milhões trabalham;	73.600 milhões trabalham;
3 1/2 milhões desempregados;	3 milhões desempregados;
126 milhões vivem nas cidades;	162 milhões vivem nas cidades;
54 milhões vivem nos campos.	63 milhões vivem no campo; 4.800 milhões no meio universitário.

De 1950 a 1960 houve 1 1/2 milhão de aumento no meio universitário, que é de 4.400.000 ou 9% sobre o total escolar. Em nosso país só 1 em 100 chega aos umbrais universitários. Isso é fato comum nos países de apressado surto de evolução social.

Encontramos aqui curiosas migrações internas. O Estado do Rio Grande do Sul, uma das unidades federativas de maior estabilização econômica é fonte migratória interna intensa.

Algumas vezes existe um «potencial» oculto para a formação de uma cidade. Havendo um grande desenvolvimento regional sem que exista um centro social proporcional, qualquer decisão de estabelecer uma cidade é seguida de sucesso. As famílias que exercem atividades intensas na zona rural são obrigadas a enviar seus filhos a longas distâncias, fugindo assim ao controle e a satisfações sentimentais razoáveis. Se contudo existirem possibilidades educacionais mais próximas, a tendência é estabelecer residência neste local. A velha cidade de Goiás, de um censo a outro foi das poucas unidades urbanas que não conseguiu aumento populacional. Situou-se à margem da região desenvolvida do Estado e não era favorecida por condições geológicas. O impul-

so da cidade de Goiânia demonstrou que a região ressentia-se de um centro social evoluído.

A pulverização do desenvolvimento econômico, na área continental do país, tem dificultado a multiplicação do número de cidades. A falta de Tecnologia no aproveitamento dos recursos agropecuários, tem tornado difícil conseguir produtividade capaz de elevar as possibilidades econômicas individuais. Por outro lado as unidades políticas municipais vegetam na escassez de recursos para tornarem iniciativas administrativas salutares. Realmente, o elevado custo da técnica moderna só poderia dar acesso às unidades referidas através de um sistema de coordenação e sinergia de esforços de grupos regionais de unidades municipais.

É preciso ficar consignado aqui que a formação de cidades ou núcleos sociais, é fator favorável para um sistema educacional eficaz. A Tecnologia, diminuindo as horas de trabalho do campo, permitirá a estabilização familiar rural nos núcleos sociais próximos.

Em que pese o fenômeno patológico do êxodo rural, em boa parte, nos últimos quinze anos é bastante favorável o surto de urbanização da população brasileira. O fato irá facilitar a ação educacional nos anos próximos.

A população brasileira em sua densidade e localização demonstra assim uma incrível irregularidade. Admitindo-se uma faixa litorânea de 100 Kms de profundidade, representando 656.241 Kms² ou 7,7% da superfície total, encontraremos a ocupação por 36% do total populacional. Em 1º de setembro de 1960 contavamos uma população aproximada de 70.967.000 habitantes, sendo mantido o índice de crescimento de 3,6% constatado no intervalo dos dois últimos censos, teremos 100 milhões aproximadamente em 1980.

A distribuição seria a seguinte:

Distribuição territorial da população do Brasil em 1º de setembro de 1960.

<i>Região Fisiográfica</i>	<i>População (1.000 H.)</i>	<i>Presente % do total</i>	<i>Superfície Km²</i>	<i>Densidade populacional</i>
Norte	2.602	3,50	3.540.032	0,7
Nordeste	15.678	22,00	969.704	16,0
Leste	24.832	35,00	1.260.169	19,5
Sul	24.848	35,30	809.258	30,5
Centro-Oeste	3.007	4,20	1.885.035	1,6
Total	70.967	100,00	8.464.198	

Índice de crescimento demográfico anual — 3,6%.

Nós possuímos todas as características mundiais de concentração populacional, desde as tremendas concentrações da Ásia

— China, Japão, Índia e Indonésia, — com uma concentração de 100 habitantes por Km², na zona da mata de Pernambuco até o cociente mínimo de 0,2 por Km², no Amazonas e Mato Grosso. Possuímos cidades com concentrações de 232 habitantes por Km², na região acima referida e nível de vida miserável; e outras com a mesma densidade com uma renda *per capita* igual a cidades de população condensada da Bélgica.

EVOLUÇÃO DA DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Ha/Km².

Anos	Censos Gerais
1872	1,17
1890	1,68
1900	2,05
1920	3,60
1940	4,84
1950	6,10
1960	8,34

Fonte — *Anuário Estatístico do IBGE — 1964.*

Problemas importantes e relativos ao homem estão desafian-
do a elite dirigente do país. A desigual distribuição de terras, havendo ao mesmo tempo o imperativo de resguardar a produtividade e a técnica das grandes plantações extensivas e comerciais, por cujas divisas tanto nos batemos para suportar o tremendo surto de industrialização, que não pode parar. Contudo, existe o imperativo de equilibrar a atividade agropecuária com a industrial. Ao mesmo tempo, a herança de Colonizações dirigidas da segunda metade do século passado e outras condições ecológicas nos tem colocado a braços com o minifúndio. Assim, ao mesmo tempo que necessitamos formar novos proprietários rurais, deveremos estabelecer a operação de «concentração» de terras. A situação do país pioneiro, onde as sugestões de inversões de capitais são inúmeras nas zonas urbanas, coloca-nos no dilema tremendo de desviá-los para atividades agropecuárias. Sem a estruturação destas será impossível manter a pujança do parque industrial, especialmente no momento em que o preço de custo, frente ao mercado internacional, ainda é marginal. A solução disso vamos encontrá-lo nos meios universitários. Estamos certos de que o investimento estrangeiro de capital, em nosso país, dos mais favoráveis seria na exploração agrícola e mesmo na aquisição de terras aproveitáveis, por Lei. Forçadamente a Tecnologia entra-ria no campo com seu cortejo favorável de germinação econômica, aliviando os investimentos nacionais na estruturação básica de indústrias, de elevado alcance sócio-econômico e rentabilidade maior, qual seja aquela de bens de produção e de consumo.

No momento, (1965) perto de 76 milhões de habitantes, cerca de 39 milhões vivem no campo, 51% com uma parte ativa de 15.5 milhões. Para essa massa de trabalhadores existem pouco mais de 3,5 milhões de propriedades agrícolas. Na França existem mais de 5 milhões e uma média de 14 hectares para cada um. Vemos, pois, que no Brasil 15 milhões de trabalhadores agrícolas trabalham em terra alheia. Aproximadamente 149 mil proprietários ou 8% do total, e apenas 1,4% de todos os que trabalham a terra são donos de 3/4 partes da área total das propriedades. Há cerca de 1.000 propriedades com mais de 10.000 hectares cada uma. Disso resulta que 60 proprietários dispõem de 6 milhões de hectares ou 3% da área total das propriedades rurais. Por outro lado, existem regiões onde cada qual dispõe de uma área ínfima de terra. Têm menos de 5 hectares: 82% das propriedades do Maranhão; 54% em Sergipe; 44% em Alagoas e 41% em Pernambuco.

Curioso fenômeno no Brasil é que a média de propriedade é de 100 hectares, sendo que quase metade com área de mais de 1.000 hectares; 22% de todos os estabelecimentos agrícolas têm menos de 5 hectares (minifúndio) abrangendo 4% da área cultivada.

Assim, os dois extremos desfavoráveis da situação social da relação homem-terra, existem em nosso país — Latifúndio e Minifúndio.

Por outro lado, a maioria da população vive no campo, e a ausência de Tecnologia adequada obriga ao trabalho familiar o menor, colocando-o à margem do sistema educacional escolar. Ainda mais se agrava o problema quando nos lembramos da alta natalidade de 44 mil habitantes e com uma mortalidade descendendo de 24, 20 e 18 em alguns lugares, com a melhora de assistência médica e sobretudo da higiene. A população jovem e inativa, e a possibilidade de associar educação e trabalho, é problema que está desafiando a elite responsável. De 51.800 milhões de habitantes do censo, de 1950, 27.100 milhões produziam e 37.900 milhões eram inativos. Para 1.000 habitantes existiam 522 unidades de produção e 732 de consumo. Para 1.000 unidades de produção havia 1.402 de consumo. A redução da mortalidade e a concentração urbana indiscriminada em consequência da industrialização, cria o abandono do campo sem a conveniente, proporcionada e adequada substituição pela Tecnologia. Mesmo frente a tal aspecto, não existe falta de trabalhadores braçais no campo e, sim, descapitalização. Em algumas áreas, a situação torna-se alarmante, havendo despovoação do campo em proporções perigosas. O Estado do Rio, que poderia ser um celeiro de produtos granjeiros e de horticultura, teve no último decênio um aumento apenas de 5% na população rural e de 57% na zona urbana.

O Estado de São Paulo estará ultrapassando a percentagem de urbanização dos Estados Unidos entre 1965 a 1970. (E.U.A., 25% na zona rural).

ÍNDICE DE URBANIZAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

1950-1962

População (1.000)

Anos	Total do Estado	Urbana (Capital e interior)	Rural (do interior)	% sobre o Total
1950	9.134	4.950	4.184	51,9
1951	9.460	5.232	4.228	55,3
1952	9.798	5.530	4.268	56,4
1953	10.148	5.846	4.302	57,6
1954	10.510	6.180	4.330	58,8
1955	10.885	6.535	4.350	60,0
1956	11.274	6.913	4.361	61,3
1957	11.686	7.315	4.371	62,6
1958	12.103	7.742	4.361	64,0
1959	12.535	8.197	4.388	65,4
1960	12.975	8.675	4.300	66,9
1961	13.438	9.191	4.247	68,4
1962	13.958	9.741	4.217	69,8

A queda da população rural em *números absolutos* está prevista para o corrente ano (1965).

Previsão

1965	15.506	11.621	3.883	75%
1970	18.479	15.747	2.732	85%

Nota do A. — Acreditamos que a taxa de urbanização de 75% seja o índice de estabilização.

Fonte: Dados deduzidos de trabalho da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo (Divisão de Economia).

A corrente imigratória do exterior, que poderia contribuir para melhorar a situação, tem sido irrisória tendo em vista as necessidades nacionais. Até 1938 entraram no Brasil 4.800.000 europeus imigrantes, e cerca de 1.200.000 retornaram ao país de origem. Após a guerra mundial entraram 500.000, com um retorno aproximado de 100.000. Tais correntes imigratórias representam cerca de 20% da população brasileira, incluindo os seus descendentes. A media anual de imigrantes tem sido de 60.000. Em 1958, entraram apenas 49.839. Dos imigrantes, 34,12% eram agricultores; 3,47 — de técnicos; 19,25% para comércio e indústria e 15,03% com outras profissões. De 49.839 imigrantes entrados em 1958, 45.000 eram espontâneos e 4.839 dirigidos.

Entre 1945 e 1958 entraram 622.584 imigrantes na seguinte ordem:

Português	255.795
Italianos	102.127
Espanhóis	89.556
Japonêses	27.155
Alemães	21.135
Outras	126.816

O número de imigrantes tem permanecido estacionário tomando-se por base o ano de 1962 em que entraram 31.138 imigrantes. A razão principal é a reconstrução sócio-econômica de algumas fontes e o desvio de correntes imigratórias para as províncias africanas de Portugal.

IMIGRANTES ENTRADOS NO PAÍS, SEGUNDO PORTOS E AEROPORTOS (1962)

Portos e Aeroportos	Total	Imigrantes	Dirigidos
		Espontâneos	
Santos	16.710	12.671	4.030
Rio de Janeiro	11.344	10.208	1.136
Campinas	803	799	4
Belém	449	373	76
São Paulo	370	345	25
Salvador	253	94	159
Pôrto Alegre	166	165	1
Rio Grande	163	19	144
Foz do Iguaçú	85	85	—
Corumbá	84	84	—
Outros	292	292	—
 Total	 31.138	 25.554	 5.584

EM 80 ANOS A IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA FOI DE CERCA DE 4 MILHÕES (1884-1963)

(Números aproximados)

1884/1893	875.000
1894/1903	860.000
1904/1913	1.000.000
1914/1923	500.000
1934/1943	185.000
1944/1953	340.000
1954/1963	460.000
 Fixados Total	 4.220.000

Nota: O retorno pode ser estimado entre 20 e 25%.

Fonte: Anuário Estatístico do IBGE.

As dificuldades para localização imigratória são enormes, dado que em seus países dispõem êles de uma assistência social mais ativa. Se, porém, no Brasil conseguissemos Colonizações formando em realidade Núcleos Sociais, com os requisitos mínimos de bem-estar, com orientação mista de nacionais e estrangeiros, estariam encaminhando corretamente no meio rural, a formação de núcleos sociais hígidos, mental e fisicamente. Até hoje não verificamos no Brasil nenhuma iniciativa de núcleos de colonização fundamentados no critério de formação de núcleos sócio-econômicos de caráter germinativo e sim, a simples localização física. Parece que já é tempo de formá-los. A formação mental do imigrante, ainda em seu ponto de origem, é técnica há muito seguida pela Austrália. A fase de adaptação é prolongada, desde que se leve em conta o trauma que se segue ao abandono de sua família, seu ambiente, seus hábitos, enfim, sua própria cultura. Vemos, pois, que o sociólogo e o psicólogo têm um importante papel a cumprir no aliciamento imigratório. Nunca soubemos da existência de tais técnicos nas atividades imigratórias do Brasil no exterior.

DEMOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- (1) LEON FESTINGER ET DANIEL KATZ — «Les Méthodes de recherche dans les Sciences Sociales» — Trad. Presses Universitaires Paris — 1959.
- (2) W. J. H. SPROTT, Trad. Jean Larche, Payot, Paris 1954.
- (3) ROGER GIROD «Attitudes Collectives et Relations Humaines» — Presses Universitaires, Paris, 1953.
- (4) D. FRENCH & R. Crutchfield — Theory and Problems of Social Psychology — University of Chicago — 1950.
- (5) FRANK SIMONDS & BROOKS EMINY «The Great Powers in World Politics» — 1939.
- (6) MAX WEBER «Economia y Sociedad» — Fonde de cultura econômica. México, — 1944.
- (7) A-02-53 ESG F. C. San Thiago Dantas «O Poder Nacional — seus Móveis interesses e aspirações; realismo e idealismo políticos».
- (8) A-09-53 Esg. F. C. San Thiago Dantas «Poder Nacional — seus tipos de estrutura».
- (9) HAROLD & MARGARETH SPROUT — «Foundations of National Power» — Princeton University Press, 1954.
- (10) STRAUSS — Hupé & Possomy Mc-Graw-Hill Book Co. N. Y. 1950 «Internacional Relations...».
- (11) GUNNAR MYRDAL — 2 Vols. «Ah American Dilemma».
- (12) MAURICE DAVIS, «Negroes in America Society», — Yale University.
- (13) WARREN S. THOMPSON, «Problems of Population», — Miami University.

- (14) STEPHEN ZWEIG — «Fernão Magalhães».
- (15) ANTONY RICHMOND, «Colors Prejudices in Britain».
- (16) OSWALDO SPENGLER. «La Decadencia de Occidente».
- (17) ARNOLD TOYNBEE. «Um Estudo de História».
- (18) PIERRE FROMANT «Démographic économique» — Payot — Paris.
- (19) J. O. HERTZLER «The Crisis in World Population» — Lincoln University — of Nebraska — 1956.
- (20) GIORGIO MORTARA «Curso di Ststistica Economica Superiore» 1957-1958 — Universidade de Roma.
- (21) ALFRED SAUVY — «Théorie Generale de la population» 2 vols. Presse Universitaire de France — 1952.
- (22) A. J. LOTKA «Actualités Scientifiques des Associations Biologiques» — «Actualités Scientifiques Industrielles» nº 780-1938.
- (23) «Congrès Internacionale de la Population» — Actualités Scientifiques et Industrielles — nº 710-1937.
- (24) Congrès Mundial de la Population — 1954 — Roma (O.N.U.).
- (25) LÉON BUQUET «L'optimum de population» — Press Universitaires de France — 1956.
- (26) R. NURKSE «Problemas de Formación de Capital» — Fondo de Cultura de México.
- (27) A Journal of Demograph — «Population Studies» — London School of Economics.
- (28) Rev. Trimestrielle de l'Institute National D'études démographiques — Ed. I.N.F.D. (20 rue de la Baume. Paris).
- (29) WILLIAM F. Ogburn & Meyer F. Nimkoff — «Sociologia». Ed. Aguilar — Madrid — 1958.
- (30) The Determinants and Consequences of Populations Trends. United Nations — ST/SOA/SER. A-17.

O PODER POLÍTICO

Como o Poder Político sofre influência notável da qualificação populacional e é por ela impressionado, teremos que tecer algumas considerações a respeito dele. As origens históricas, que transmitem uma série de estigmas biológicos e étnicos que só muito lentamente podem modificar-se ou desaparecer, constituem uma parte total ou parcial de forma de Poder. MAX WEBER analisando as estruturas do Poder procurou determinar três tipos, ficando compreendido que uma forma pura não existe. No primeiro tipo colocou a forma tradicional, dando como exemplo a Inglaterra; no segundo tipo, o burocrático e, por último, o carismático.

O primeiro tipo existe através de tradição, caráter do povo e moral especial, encarna-las na tradição feudal de onde procederam todas as formas. O segundo tipo encarna convenções, encontrando exemplo nas democracias de nosso tempo. Aqui, ao

invés do mecanismo tradicional encontramos o mecanismo racional destinado a distribuir uma série de funções dentro da Sociedade. Toda estrutura burocrática é um regime de institucionalização do Poder. Quer isso dizer que a um critério pessoal se substituiu arbitrio grupal de fórmula. Observa-se a mudança dos grupos, mas permanece a burocracia. O tipo carismático é necessariamente um governo em que a autoridade legítima se faz através da confiança íntima, da adesão e da solidariedade de um grupo, conformado à figura do dirigente. Proveio tal Poder da ascendência religiosa dos chefes antes da Renascença.

Quando existe harmonia entre as fontes reais e formais do Poder, a estrutura torna-se estável. No Brasil, em que predomina a forma carismática, onde gira o movimento político em torno de homens, verdadeiros salvadores e guias, funciona já uma burocracia ainda não muito bem aproveitada. Por este fato mesmo, é que a autoridade se inclina para decisões e atuações pessoais. Contudo, dentro de tal procedimento, procuram ainda fontes reais, não muito autênticos de Poder. A força militar que tem o objetivo de ser a garantia de Poder Nacional, especificamente contra antagonismos externos, atua aqui como fonte o equilíbrio de poder político. Em nosso meio, a própria autoridade, inicia por segurança o equilíbrio entre a classe militar, distribuindo postos importantes a diversos grupos dentro da própria classe militar. Como no meio de atividades inerentes à classe os postos não sejam suficientes, extravasa a autoridade, distribuindo postos civis. É uma fase, talvez favorável, tornando estável o «status» político, enquanto não sofra a sociedade evolução sadia no sentido ético e educacional, tornando-a capaz de dominar o Poder Político. Vemos, assim, que em nosso meio, o Poder tem que associar as fontes reais, se bem que inautênticas de Poder Político àquelas de natureza Formal. Assim temos vivido desde 1930, tendo havido um traumatismo na evolução normal e progressiva da formação de uma fonte autêntica de Poder. Indiscutivelmente o Poder Político apresentava muito menor veracidade de Poder Real e autêntico do que hoje. A representação política era seletiva e assim tornava-se irreal à vista do estágio educacional e cultural do povo — Fonte Real e legítima de força política no regime que professamos. A primeira fórmula era de molde visivelmente aristotélico. Contudo, o regime democrático, tão morazmente criticado desfavoravelmente por XENOFONTE, é em nosso tempo a fórmula ideal de governar. Sendo necessária a crítica para a evolução das idéias e do pensamento, segundo Bertrand Russel, o regime que escolhemos é o único possível de progredir e melhorar. A fatalidade de o povo escolher seus delegados constitui imperativo de nossa civilização no atual ciclo humano em que ela se processa. Mais cedo ou mais tarde, a prática terá que ser iniciada. Aquêles que ainda se encontram fora dos postulados democráticos, verão com angústia, mais tarde, os outros se estan-

ciarem cada vez mais. Felizmente para nós, a classe militar já evoluída e esclarecida, ao contrário de aproveitar-se para o domínio político nos momentos de crises sociais e política por que temos passado, procuram e entregam ao poder civil as rédeas do governo. Funciona a nossa democracia como uma criança ao começar a andar. Tropeça, fere-se, parte dente e ossos, contudo, ao acontecer o perigo de precipitar-se em um despenhadeiro ela é amparada discretamente pela espada. Continua a sua prática de andar, até que o faça com mais firmeza. Temos sido felizes que não temos a criança ao colo, pois que assim muito tarde virá a caminhar firmemente. As invectivas partidas de filósofos e historiadores dos séculos passados eram motivadas pelo fato de que a educação era um privilégio de classe. Hoje predomina a vontade do povo, verdadeira fonte de governo.

Cada forma política deve estar harmônica com o grau de evolução popular e com a época em que foi adotada. Deve acordar com a concepção de civilização de nossa era e ter estabelecido um traço, pelo menos de concordância, entre os indivíduos que integram a vida política de cada Estado. A origem histórica da missão divina dos reis e imperadores, que lhe outorgava o Poder por natural delegação metafísica e sobrenatural, humanizou a constituição jurídico-social do Poder. Assim, surgiram as imensas modificações estruturais do Estado como encarnação da Fôrça, levando a tornar-se o mesmo um dos elementos e meios das fontes de Poder. Coincidiu tal fenômeno com a eclosão do surto industrial e a massificação consequente. Por outro lado, o progresso da ciência e da técnica incorporou o Estado na sua órbita, tendo como diretrizes fundamentais, a filosofia do Estado comum e variável conforme os impactos do «status» e do ânimo social do Grupo dependente. Eis porque, na república de Platão, o escravo obedecia a uma estrutura social convencional entre todos; hoje, inaceitável sob aquêle aspecto. Surpreendem-se alguns que até hoje sejam conservadas as estruturas republicanas e jurídicas dos Estados. No entanto, o homem e o pensamento são os mesmos, mudaram apenas as técnicas e os fatos, com outras condições de vida, chegando-se a conclusão de que seja imperativa a adaptação. Uma destas adaptações é a idéia de liberdade, sobretudo, a liberdade de escolher. Para Santo Agostinho, esta já é uma graça, para Rousseau uma qualidade inerente ao homem. Por outro lado, a concepção política, como hábitos e costumes, acompanha a evolução e a tendência social da época, havendo mesmo características ou ginástica intelectual concebendo doutrinas políticas de «moda e como atividades esnóbicas». Como uma epidemia, surgem os heróis ou candidatos a mártires de novas e esquisitas doutrinas políticas, com cujos sofrimentos espalham-se, difundem-se, e feneçem. Dois autores forneceram subsídios interessantes a respeito, RICHARD MC. KEAN em «Freedom and History» e JAMES JOYCE com seu romance, «Stephen, le Heros». Os costumes, o

sistema de vida, a concepção do Estado, a deficiência de meios técnicos de comunicações rápidas, o atraso da ciência, criaram as diversas filosofias da política, como ciência e como arte. Dentro da história procuraremos inspirações para ajustarmos e conciliarmos a fonte política como fator do Poder. A democratização da educação, o realismo e a atenção aos direitos do homem como semelhante, nos induzirão a selecionar a estrutura política capaz de atender aos objetivos Humanos. Retirando as partes e ângulos conciliáveis de Platão, Aristóteles, Bacon, Maquiável, Santo Tomáz de Aquino, Jean Bodin, Montesquieu e Thomas Paine, elaboraremos para nossa época o Instrumento útil da ciência política como fonte de Poder.

No regime democrático em que a força política do Poder assenta-se na convenção da maioria, a ciência política é uma ciência e uma arte de equilíbrio entre correntes e grupos, visando sempre a opinião média e da maioria. Originando as elites das inclinações, aspirações e objetivos do povo, deveremos ressaltar como fundamento máximo de encaminhar bem a liberdade de escolher, dotando o povo de elementos amplos, eficazes e precisos para capacitá-los na escolha de seus representantes. Pareto, em seu tratado de Sociologia Geral, diz que a classe dirigente não é homogênea, havendo dentro dela um grupo dominante. Encontra a luta entre diversos grupos de interesses, de níveis intelectuais variáveis. Considerando as diferentes partes ou partidos das classes dominantes divisa duas categorias: a) homens que mostram e praticam fins ideais e que seguem boa conduta bem definida; b) homens que só objetivam trabalhar por seu interesse próprio e do de seus clientes. Subdivide estes últimos em duas classes: uns, contentam-se com as honrarias e deixam a seus clientes o gôzo das vantagens materiais e outros, dividem com seus clientes as vantagens materiais e especialmente dinheiro. Vemos, assim, quão dependente é a política do meio em que atua. Sofre ela reflexos da situação econômica e social. Compete, pois, às elites intelectuais do país encaminhar e organizar a sua sociedade para contar com atitudes saudáveis de seu fator político como fonte de Poder.

Quanto mais caminha a Civilização mais complexo e diversificado se torna o problema do homem, especificamente, como participante do ponto histórico do momento. Já na lei de SPENCER verificamos que «tudo passa do homogênio para o heterogênio, do simples para o composto.» A soma de informações, a rapidez de comunicações, o progresso da ciência, da técnica e da organização, impõem ao homem o trabalho e o esforço conjugados, a que modernamente chamamos de «trabalho de equipe». A organização dos meios sadios da sociedade, ainda pouco contaminados pelo jôgo de interesses e propensos ainda, ao idealismo, constituirá um meio sólido de seleção e de fiscalização das atitudes politi-

cas deformadas e suspeitas. Lançamos nossas vidas para o seio da mocidade universitária, convocamos docentes e discentes para uma cruzada na renovação e rápida evolução de nossos costumes políticos. O «Universo Social» de tal Grupo deverá atingir a 10% do meio sociável do país, de onde emergem as vocações de elite intelectual e política.

Não importa que os imensos progressos no setor de comunicações e transportes; a disposição da ciência, da técnica e da organização na formulação Tecnológica; a manipulação de propaganda e de controle da opinião pública, e em consequência aquela do povo, juntem nas mãos do governo elementos monstruosos de centralização. A subdivisão e descentralização administrativa no regime democrático, na moral de conduta das elites selecionadas, formarão e induzirão, sem dúvida, à seleção dos escalões mais elevados de governo, forçando-o a estabelecer as regras e atributos de hierarquia inerentes ao Instituto Democrático de Governo. É a ética profissional obrigando a que sejam seguidos na política os mesmos princípios das atividades profissionais de elevado nível.

Advogamos a revolução pela Educação e pela Cultura, contrapondo-se aos métodos do passado, em que vimos o exemplo de Constantino, proclamado Imperador e já nas portas de Roma, sem o conhecimento dos Romanos. A existência do telegrafo em tal época talvez nos tivesse roubado o direito de ser cristãos.

Tem grande papel a Universidade no desencadeamento idealístico da determinação de aumentar o Poder e aproveitar com capacidade o Potencial Nacional. No regime que professamos, a vontade e o poder da maioria tem que intervir no processo de desenvolvimento, *quaisquer que sejam* as vicissitudes que se antepuserem ao ideal e à determinação.

A primeira missão da Universidade é de caráter filosófico, deixando a outro plano o tipo específico de suas atividades. Atuando como fonte de conhecimentos adequados e aos anseios do povo de «saber como», para na sua determinação política, escolher de acordo com suas tendências e desejos. A elite formada na Universidade tem a precípua obrigação de responder, dentro da conjuntura nacional e frente aos antagonismos, como atuar para atingir os objetivos perseguidos.

A instalação dos Institutos Técnicos pelas Universidades, obra empreendida com rara felicidade na gestão do Ministro Clóvis Salgado através da COSUPI, pretende dar a cada unidade universitária a sua característica própria e responsabilidade particular nos problemas de elevada técnica. Estes agentes do desenvolvimento deverão estar imbuídos das idéias filosóficas pertinentes ao processo evolutivo adequado a condições nacionais específicas.

O povo tem que tomar parte decisiva na determinação de desenvolver e isso a élé será levado pela elite universitária. Vivemos na esperança, nos anseios e por fim na certeza de alcançar os objetivos nacionais, se a tanto nos levar o trabalho universitário de esclarecimento, de concurso, de decisão na comunhão de todos trabalharem nas próprias atribuições e dependências, enobrecidos na fórmula e não sómente na forma e na qualidade aparentes. Todos se engrandecem, desde as mais elevadas funções e atribuições até aos misteres mais modestos, desde que visem o bem comum.

Todos os povos pagaram seu tributo ao desejo de evoluir e progredir coletivamente. A Inglaterra no século passado na exploração do trabalho de mulheres e crianças, dando lugar aos romances emocionais e dramáticos de Dickens e a teorias novas e forçadas da *mais valia*, qual seja a teoria de Marx. O Japão decidiu-se pelo subconsumo de sua população. A Rússia pela posse dos bens de produção e do jugo do subconsumo. Na Universidade deveremos, na conjuntura brasileira, forçar o mais possível a educação popular e a elevação do nível de saúde. Se nos atermos decisivamente aos dois últimos postulados, acreditamos caminhar na pista certa. A cultura necessária e adequada ao aumento do Potencial Nacional tem que ser ditada pela Universidade. Quer nasça tal impulso do conceito filosófico e idealístico, quer seja de aperfeiçoamento e seleção da elevada técnica, coincidindo os dois meios para decisão final.

Evidentemente a Universidade tem que transbordar de seus muros divisores e se entrosar decididamente no meio em que funciona; e, especificamente, através de seus Institutos de Pesquisas. Por outro lado, formando técnicos de alto nível para os empreendimentos privados, deverá estabelecer convênios para adaptação prévia dos profissionais às características especiais da atividade econômica. Como fator preponderante do desenvolvimento, a Universidade, para realizar-se plenamente, exige recursos em quantidade adequada e proporcional aos empreendimentos. O Poder Público tem que compreender que o investimento universitário é de elevada prioridade e que o emprêgo de recursos insuficientes poderá deformar o sistema e reduzir a produtividade do próprio investimento.

Vamos encontrar o Estado Moderno de nossa Pátria, utilizando-se do progresso e da Civilização de nossa época, para atender ao homem nas suas aspirações e no seu bem-estar, proporcionando-lhe a Saúde, a Educação, o Seguro Social, a Assistência em seu trabalho e combatendo o abuso do poder econômico. Pela filosofia da ciência e da arte política, equilibraremos e prestigiaremos os diversos poderes em suas específicas atribuições, pelo Planejamento ordenaremos as atividades do Estado; pelo idealismo forjaremos os Estadistas para com seus sacrifícios pessoais reer-

querem no alto aprêço os interesses da coletividade nacional e pelas atitudes enobreceremos as atividades sociais quaisquer que sejam elas, desde que dentro das regras morais do Grupo. Especial aprêço será focalizado nas atividades humanas de assistir, instruir, curar e educar. Dirigiremos nossa especial atenção ao pesquisador, ao cientista, ao professor e àqueles que não visem na criação de riqueza própria e imediata, no seu bem-estar e a sua segurança pessoal. Pela Educação levaremos ao povo a capacidade de utilizar bem a sua liberdade de pensamento, a possibilidade de possuir aquêle mínimo de bens materiais de que nos falou Santo Tomás de Aquino, os preceitos humanos do grande Leão XII na sua Encíclica «Rerum Novarum» e a concordância nos fundamentos básicos da conservação do bem-estar da humanidade contidas na simplicidade do grande homem das Américas; um governo do povo, para o povo e pelo povo, exclamou Lincoln.

FATOR POLÍTICO DAS FONTES DE PODER

BIBLIOGRAFIA

- (1) GETTEL — «Political Science»;
- (2) GIŃSBERG — «Sociology»;
- (3) LEÓN DONNAT — «La politique expérimentale»;
- (4) W. CROSBY — «Politics and the Constitution». 2 Vols.;
- (5) ARTURO SAMPAY — «Teoria general del Estado»;
- (6) MARCEL DE LA BIGNE de Villeneuve — «L'activité étatique»;
- (7) GÉNY — «Science et technique en droit privé positif»;
- (8) LÉO STRAUSS — «Droit Naturel et Histoire»;
- (9) BARKER — «Principles of Social Political Theory» — The European Inheritance — 3 vols.;
- (10) CAETANO MOSCA — «Histoire des doctrines politiques»;
- (11) DEFOURNY ARISTOTE — «Étude sur la Politique»;
- (12) RICHARD MC. KEAN — «Freedom and History»;
- (13) MAURICE CROISSET — «La République de Platon»;
- (14) BARKER — «Reflexions on Government»;
- (15) BARTHÉLEMY DE SAINT-HILAIRE — «Politique d'Aristote»;
- (16) PARETO — «Traité de sociologie générale»;
- (17) L. H. PETITO — «La vie integrale de S. Thomas d'Aquin»;
- (18) MARCEL BRION — «Machiavel»;
- (19) A. F. ARTAUD — «Machiavel — Son gente, ses erreures»;
- (20) BUCHON — «Oeuvres complètes de N. Machiavel»;
- (21) P. MESNARD — «Jean Boudin six livres de la République»;
- (22) THOMAS HOBBES — «Leviathan» (1651);
- (23) LOCKE — «Two treatise on Civil Government» (1690);
- (24) DAVID HUME — «Essays — moral, political and literar» — (1741);

- (25) ADAM SMITH — «The Wealth of Nations»;
- (26) B. GROETHUISEN — «J. J. Rousseau»;
- (27) HAROLD LASKI — «Authority in the modern State»;
- (28) SAINT-SIMON — «Lettres d'un habitant de Genève a ses contemporains»;
- (29) AUGUSTE CONTE — «Cours de Philosophie Politique»;
- (30) BOULDING — «Organizational Revolution»;
- (31) BEATRIX WEBB — «Histoire du Trade Unionisme»;
- (32) MARCEL PRÉLOT e outros — «Introduction à l'étude du Droit»;
- (33) BERTRAND RUSSEL — «The Impact of Science on Civilization»;
- (34) BARKER — «Social and Political Theory» — Oxford;
- (35) KARL MANNHEIM — «Libertad — Poder y planificación democrática»;
- (36) KARL MANNHEIM — «Essays on Sociology and Social Psychology» — London;
- (37) MAX WEBER — «Essays in Sociology» — London;
- (38) R. ARON — «La Sociologue Allemanda Contemporaine» — Press Univ.;
- (39) G. JELLINEK — «L'Etat Modern et son Droit», 2. Vols;
- (40) H. DE MANN — «L'era des masses et le decline de la civilisation»;
- (41) H. LASKY — «The Dilema of our «Time»;
- (42) J. SCHUMPETER — «Capitalism. Socialism and Democracy».

O POVO

*(Caráter — Estrutura Social — Opinião — Moral —
Heterogeneidade e Preconceitos Raciais)*

Caráter:

Para RIESMAN, o caráter nacional é um produto de formas sociais e a estrutura do caráter pode ser definida, como a organização mais ou menos permanente, social e historicamente condicionada, das tendências e satisfações individuais. O caráter tem acentuada tendência para mudança. Está sempre ligado a modificações, dado que se sujeita a condições do meio, que modifica sempre as condições da personalidade. As maneiras de um povo mudam muito de uma para outra época, conforme alterações trazidas por modificações de atitudes políticas ligadas a mudanças de norma e de sistema. A intromissão ou transposição de culturas é responsável por fortes alterações de caráter. As modificações da regra de atividades econômicas também têm influência acentuada. DAVID POTTER considera abundância econômica como fator determinante do caráter norte-americano. Mesmo as religiões têm sua contribuição nas metamorfoses de caráter. É conhecida a tese de MAX WEBER da ação do espírito protestante na filosofia capitalista, e seus exemplos, inclusive em colônias estrangeiras no Brasil, em meados do século passado. MORRIS GINS-

BERG ressaltou a necessidade de definir o caráter nacional, dando ele mesmo a sua opinião. Realmente, anotou a influência tradicional impregnada no indivíduo, transcende da própria personalidade para influenciar as instituições. Em verdade, há profundo entrosamento entre indivíduo e coletividade. Os traços individuais determinam as instituições e estas, por sua vez, formulam o caráter individual. Assim, como é óbvio, as pesquisas de caráter têm que ser periódicas, havendo uma forma histórica para avaliação do sentido de evolução. Na descrição do caráter nacional brasileiro iremos encontrar fatos marcantes, tanto sob o ponto de vista étnico, político, histórico como, e especialmente, no sentido de desenvolvimento e atividades econômicas. Em realidade, tal estudo comportaria uma reminiscência histórica completa, que não nos cabe aqui explanar. Vamos tentar, contudo, dividir a vida brasileira em períodos mais salientes que possam ter influenciado as tonalidades da personalidade do brasileiro, relativamente ao caráter.

No início do povoamento havia melancolia e mesmo desprezo pelos portuguêses nascidos no Brasil. Constituia a terra, um degrêdo e um fracasso. Vigorava o espírito alegre e folgazão dos negros, importados em grande número, contrastando com o português, taciturno e melancólico, e o índio, introspectivo e desconfiado. O português, livre, independente de amarras sociais quando na Metrópole, era indisciplinado e sexual, adaptando-se com facilidade a costumes indígenas. Os índios, divididos, foram logo dominados e integrados em uma vida nova, quase sempre, escravizados. A família era rigidamente constituída, com pai autoritário, não humildemente coagida e filhos apavorados. Aliás, a Inquisição tremendamente ameaçadora entre 1593 e 1618, reprimiu logo as liberdades e especificamente a liberdade de pensamento. O mais seguro era falar pouco e de coisas que não comprometessem. Existia discriminação racial, sendo a mestiçagem com negro, olhada com aversão. Havia domínio de forças inautênticas e hostilidades anônimas que não poderiam formar uma característica cultural favorável. Perdurou tal situação até o movimento de restauração pernambucana (1645-1654). As grandes transformações econômicas, as bandeiras, a criação de gado e os deslocamentos a longas distâncias, nas trocas comerciais, deu até azo a criação de cidades nos pontos de pouca tropa. Exemplo disso é a cidade de Castro, no Paraná. Uma grande força na unidade nacional tem sido o esmaecimento dos preconceitos de cor. Justamente o que foi acontecendo. O sensualismo dos portuguêses e seus descendentes aqui nascidos, não sólamente contribuiu para aumentar a população, como manteve uma maior intimidade entre todos, relegando a plano secundário a questão racial. A força de trabalho escravo, exatamente como a Inglaterra

ra no início do século passado, explorando o trabalho de mulheres e crianças, foi criando no país uma concentração de riquezas. Foi desaparecendo o complexo de desapreço pela terra ao mesmo tempo que o sucesso das bandeiras, das lutas contra invasores de culturas mais avançadas, a riqueza da criação do gado, foram gerando maior sentido de personalidade ao homem da terra. Neste momento, quando os português quiseram retomar o domínio com sua atitude de superioridade, estabeleceu-se uma tremenda separação, com dissídios entre português e brasileiros. Surgiram, assim, as lutas dos emboabas e mascates. A exploração do ouro ainda veio concorrer para a elevação do elemento nacional, surgindo as lutas e discontentamentos pela exploração da Metrópole. Por outro lado, os jesuítas lutavam para suavisar a escravidão que era propiciada aos índios, evidentemente mais ligados aos pretos. No século XVII foi criado o Estado do Maranhão e o Continente de São Pedro do Rio Grande, ambos povoados por índios, sendo adotada a língua portuguesa de 1755 a 1758. Nesta ocasião, com a incorporação das duas enormes áreas, reacenderam-se os perigos contra a unidade nacional. A criação do Vice-Reinado de 1763, fruto do plano político pombalino de 1757, fortaleceu a unidade do país.

Contudo, um dos fatos que mais colaboraram na estruturação do caráter nacional, foi a avidez do fisco da Metrópole sobre a produção mineira. Do mesmo modo, o imposto do chá, nos E.U.A., precipitou os furores da independência. A Inconfidência Mineira foi um fato marcante pelo ideal com que foi elaborada. Contudo, a Educação como privilégio de alguns, infensa às mulheres que eram criadas apenas para as tarefas domésticas e procriação, retardaram a disposição para a independência. As aulas pré-universitárias e universitárias sómente foram criadas na segunda metade do século XVIII. CAPISTRANO DE ABREU fez uma síntese interessante acerca do acervo conseguido das miscigenações raciais, procedimentos e atitudes sociais de três séculos. Disse ele: «Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientais de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular». Com a independência, o desapreço e a indiferença: são os sentimentos do brasileiro pelo português. A atitude da Metrópole em cercear o desenvolvimento nacional, culminou com o Alvará de 1785, proibindo a existência de fábricas. Foi o ato mais desesperado para evitar a indústria de bens de consumo em território brasileiro. Aumentaram assim os discontentamentos dado que forçava uma economia colonial e extrativa. Enviados os produtos da terra e com o confisco aurífero dos dízimos, retornavam a preços elevados os artigos de consumo. Contudo, não

havia uma consciência coletiva de reação, pelas dificuldades de comunicações e transportes. Findando o século XVIII a população disseminada e a falta de contatos geravam desconfianças e isolacionismos, despertando em consequência antipatias e insociabilidade. Assim, pois, não havia ainda uma atitude média que se pudesse avaliar para o exame do caráter nacional. O que se poderia verificar era o apreço desprezível pelo trabalho e o conceito elevado da atividade nas profissões liberais, especialmente altos postos burocráticos políticos.

Finalmente, veio o golpe espetacular de D. João VI com a abertura dos portos em 1808. Até hoje não se comprehende o valor real de tal ato no desenvolvimento do país e na estruturação de nossa vida econômica e social. Entrava em decomposição o regime colonial. Visitando o Brasil em 1817-1820, Spix e Martius afirmaram «que os 24 portuguêses e os demais estrangeiros imprimiram mudanças nas características dos habitantes e na sociedade, em cujo tom nota-se pouca influência européia».

Vislumbrava-se então a enorme capacidade de absorção do meio brasileiro, integrando e amoldando tôdas as culturas estrangeiras, exercendo mesmo ligeiro predomínio.

O personalismo é o traço dominante nas relações públicas e especialmente políticas, encarnadas em um sentimentalismo exacerbado que coloca acima de tudo as relações diretas e simpáticas ao invés daquelas de interesse coletivo e impessoal. Disso corre a inexistência de ideologia nos partidos políticos. O apogeu do domínio dos «coronéis», usineiros senhores de engenho, nas questões assistenciais e políticas. Grande valor era dado a habilidades de usar de público a palavra, mesmo vã e revestida de dialética e de retórica. Os estrangeiros ressaltavam a perturbação trazida pela retórica política, o que verificamos nas observações de Bryce e de Mawe. O aumento do número de mulatos «bem nascidos», inteligentes, ambiciosos e falazes, abriu-lhes a entrada nas melhores rodas sociais e as portas da política. A ascensão dos mulatos na escala social foi bem adotada por GILBERTO FREIRE em «Sobrados e Mocambos». O próprio meio já havia libertado sob condições especiais a maioria dos escravos. Desde 1798 havia mais de 400 mil negros libertos, e, quando chegou a abolição havia cerca de três vezes mais de negros livres do que escravo.

SAINTE HILAIRE em 1820 já proclamava a diversidade cultural do meio brasileiro. CONSTATTA constatava o desrespeito às leis e o sensualismo herdado dos portuguêses. Todos sentiram o sentimento patriótico calcado nos acontecimentos históricos e heróicos. Ressaltaram a confusão de palavras e fatos, aspirações e realizações aliadas ao irrealismo político, mascarado com o verbalismo. Em verdade, a influência estrangeira fêz sentir-se

em certas regiões com mais evidência do que outras, diferençando as duas culturas assinaladas por JACQUES LAMBERT.

Fôrça é convir que certos fatos apressaram muito a modificação do caráter brasileiro. A primeira guerra mundial, dificultando a importação de bens de consumo, revigorou a indústria nacional de transformação, resultando de tal fato o aumento da população urbana. O apogeu da exportação de café e o surto imigratório do fim do século XIX e início dêste, contribuiram para o desenvolvimento acelerado do sul do país e especialmente São Paulo. Temos passado as fases históricas mais violentas com um mínimo de traumatismo social. Foi o único país no Nôvo Mundo que fêz a sua independência adotando um regime monárquico. A revolução de 1930, que tão profundas modificações trouxe ao panorama político e social, não foi teatro de cenas sangrentas e vinganças cruéis. Nós modificamos costumes políticos conservando a estrutura social. A aristocracia rural e dominante continuou pela República, o que parece uma herança tradicional dos países velhos. PIERRE DENIS em suas observações sobre o Brasil, notou grande diferença a respeita, entre os Estados Unidos da América, a Argentina e o Brasil.

O Brasil de hoje apresenta uma estrutura social pouco hierarquizada e uma extraordinária mobilidade social. Via de regra, para acompanhar a evolução social atual e as modificações de caráter, será preciso estudos e pesquisas freqüentes. A cultura importada, de arte e contemplação, avessa ao trabalho e produção objetiva, estigmatizada na Educação Escolar seletiva que praticavamos até a primeira guerra mundial, deu lugar decisivamente ao trabalho e a técnica criadora de riquezas. À influência francesa substituiu-se a «americanização». Mesmo na educação os rumos procurados são outros.

É na classe média que encontramos o substrato mais profundo da estrutura política e administrativa. Dela partem os elementos básicos do desenvolvimento e as grandes ações históricas de renovação e de esperanças. No momento ela sofre o impacto da massificação e da autenticidade política do regime. As classes obreiras ascenderam financeiramente, mas permaneceram no estado retardado de evolução educacional. A tremenda pressão de baixo para cima na formação da classe média constitui no momento um dilema que deve preocupar a elite política. Os maiores manipuladores da ciência, da técnica e da organização situam-se na classe média. Deveremos categorizar a mesma por atributos e enriquecimento intelectual e não simplesmente pela posse de bens. A democratização do ensino médio será o caminho mais seguro para consolidar a formação da estrutura fundamental da fôrça social de nosso país.

O CARÁTER NACIONAL
BIBLIOGRAFIA

- (1) AUGUSTS SAIN HILARE: «viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais», (1823-1817), Brasiliiana — Vol. 126, 1938. 2 vols. 1938 — (1^a edição 1830).
 Idem — «Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil», (817) — Brasiliiana vol. 210, 1941 (1^a Edição 1833);
 Idem — «Viagem às nascentes do Rio S. Francisco e pela Província de Goiás», (1819) — Brasiliiana, vols. 68 e 78, 1944 (1^a Edição 1847-1948);
 Idem — «Viagem à Província de São Paulo» (1819), São Paulo — Liv. Martins 1940 (1^a edição 1851);
 Idem — «Viagem ao Rio Grande do Sul» — (1820-1821) — Brasiliiana — vol. 167, 1939 (1^a edição 1887);
 Idem — «Segunda viagem ao Rio de Janeiro e Minas Gerais e a São Paulo», Brasiliiana — vol. 5, 1938 (1^a edição — 1850);
 Idem — «Segunda viagem ao interior do Brasil e Espírito Santo», (1820) — Brasiliiana vol. 78, 1936 (1^a edição — 1850);
- (2) GINSBERG, Morris «National Charater», «British Journal, of study of the Psychology and Sociology of National Gentleman and Charater», London, 1945;
- (3) HERTZ, FREDERICH «Nationality in History and Politica. A study of the Psychology and Sociology of National Gentleman and Charater», London, 1945;
- (4) KLINEBERG, Otto «A Science of National Charater» Bull of the Society for the Psychological studey of Social issue February, 1948, pág. 148;
- (5) MEAD, Marvareth «The Study of National Charater» Policy Sciences, Standfor University Prêss, 1951, pág. 70;
- (6) FARBER, M. L. «The Problem of National Charater». A methodological analysis «Journal of Psychoogy», vol. 30 (1950) and «Thestudy of Personality», ed. Brand, N. Y. 1954, pág. 387;
- (7) FYFE, Hamilton «The ilusion of National Charater», London, 1946 (2^a ed.);
- (8) RESMAN, David «The lonely croed. A Study of the changin American Charater», Yale University Press, 1950 3^a impressão, 1952;
- (9) VIANA MOOG «Bandeirantes e Pioneiro», 1954;
- (10) OLIVEIRA, Viana — «Populações meridionais do Brasil» — 1933;
 Idem — «O tipo brasileiro; seus elementos formadores» (Dicionário Histórico e Geográfico), 1922, pág. 277;
 Idem — «Evolução do povo brasileiro» — 1933;
 Idem — «Pequenos estudos de psicología social» — 1942;
- (11) GILBERTO FREIRE — «Casa Grande e Senzala» — 1946;
 Idem — «Sobrados e Mocambos» — 1946;
 Idem — «Nordeste» — 1937;
 Idem — «Uma cultura ameaçada» — a luso-brasileira — 1940;
 Idem — «O Mundo que o português criou» — 1940;
 Idem — «Região e Tradição» — 1941;
 Idem — «Brazil, ad interpretarion», N. Y. 1945 — Trad. 1947;
 Idem — «Aventura e rotina», 1953;
 Idem — Um brasileiro em terras portuguêses», 1953;
- (12) AGASSIZ, L. — «Viagem ao Brasil» (1865), Brasiliiana vol. 95, 1938;
- (13) JAMES BRYCE, «South America Observations and Impressions, 1942, London, MacMillian, 1912;
- (14) JOSEPH BURNICHON, «Le Brésil d'aujourd'hui (1907-1908), Paris, 1910;

- (15) C. L. COOPER, «The Brasilians and their Country (1917), N.U., Stokes, 1917;
- (16) PIERRE DENIS, «Le Brésil au XXe. Siécle», (1908) Paris, 1908, 15, e, edition;
- (17) K. G. GRUBE «Brazil, Land And People» (1953), «Portugal and Brazil». «And Introduction», Oxford, 1953;
- (18) JACQUES LAMBERT — «Le Brésil, Structure Sociale et Institutions politiques», Paris, 1953;
Idem — «Brésil, les deux Cultures» — trad. «Os dois Brasil» Cultura — Ed. Ins. Nac. Perquisas Educacionais. Min. da Educação e Cultura.
- (19) K. VON KOSCIRITZ «Imagens do Brasil» — (1851-1833), São Paulo, Liv. Martins, 1943.
- (20) JOHN MAWE «Viagens ao interior do Brasil» — (1809-1810), Rio de Janeiro, 1944;
- (21) MAURICE LE LENNOU «Le Brésil», Paris, Collin 1955;
- (22) PIERRE MONBEIG «Le Brésil», Paris — 1954;
- (23) J. M. RUGENDAS «Viagem pitoresca através do Brasil» (1823-1825) São Paulo, Liv. Martins, 1940;
- (24) CHARLES WAGIEY «Amazon town» «A Study of man in the tropic», N.Y. 1953 trad. Brasil ana vol. 290. 1957;
- (25) CAIO PRADO JÚNIOR — «A formação do Brasil Contemporâneo» — ED. Brasiliense — São Paulo — 1945.

ESTRUTURA SOCIAL

O caminho a seguir por uma democracia é conseguir um desenvolvimento econômico racionalizado que possa pela Produtividade individual, em um conjunto de atividade econômica que permita um bem-estar de tal maneira favorável a uma formação de classe média volumosa. A ascenção na escala social é conseguida pela Educação, sob todos os seus aspectos. Na formação da elite técnica de elevado nível e de uma classe dirigente esclarecida e capacitada, serão conseguidos resultados, tanto na produtividade, fazendo ascender a classe popular ou obreira na posição de classe média, pelo valor de seu trabalho; como a formação de uma classe dirigente e de uma elite política capacitadas para suas elevadas funções de direção. A filosofia falsa do comunismo, acenando com uma luta de classes e em seguida o domínio da classe operária, para constituição quase de uma única classe, falhou na própria pátria da doutrina. Existe lá um estado totalitário, com uma classe privilegiada e uma burocracia organizada, onde o Capital passou para as mãos do Estado, detentor de todos os bens de produção. Acenando com a ascensão do operariado a níveis mais elevados como classe e como possuidor de melhor bem-estar, intitulando-se assim, como uma filosofia destinada a atender as reivindicações de todo o operariado universal, deveria o partido, nos países de avançada industrialização, com liberdade absoluta de opinião política e a legalização de suas atividades, com fortes sindicatos e recursos imensos, ser o de maior força política. Não

é o que se passa. Nos E.U.A., na Inglaterra e países nórdicos da Europa, o partido comunista tende a desaparecer. Constitui isso uma vitória da democracia. O aumento constante e permanente da classe média, cumprindo o preceito democrático de *dar acesso a maior quantidade de bens ao maior número*, retira dos mesmos o irrealismo de perdurar uma situação de uma classe privilegiada e outra sofredora.

Para que uma população seja fator eficiente do Poder Nacional, a qualidade, com boa harmonia e disposição convencional das diversas classes e uma constante correção da estrutura social, são condições importantes de garantia. Para a aceitação da convenção, certos predicados do regime necessitam ser atendidos. A justiça social, a mesma oportunidade para todos e a seleção dos verdadeiros valores em quaisquer camadas sociais em que estejam, é preceito democrático indispensável a ser cumprido. O grande sucesso obtido na Rússia no setor educacional, foi exclusivamente devido ao cumprimento de tal preceito. O investimento atual deste país, com a educação, equivale a mais de 5% da Renda Nacional, plano dos E.U.A. a ser cumprido sómente em 1965. No Brasil, nos situamos ainda em pouco mais de 2%; os E.U.A. despende 3,5% de sua Renda Nacional. Os 8 bilhões de dólares despendidos pela Rússia, dado o nível inferior de vida, rendem em serviços 4 a 5 vezes mais, enquanto nos E.U.A. a despesa com a educação ascende a 14 bilhões de dólares. Uma distorção da educação nos E.U.A. é o sistema liberal educacional, onde 50% dos Institutos Superiores de Ensino são particulares, e o preço é elevadíssimo. Difícil será assim, selecionar os verdadeiros valores e dar a mesma oportunidade a todos. No Brasil encontramos o estrangulamento na Escola Secundária, onde o ensino caro é fornecido nos 67% de estabelecimentos particulares. Temos caminhado intensamente no fornecimento de bolsas de estudos, mas a situação social do momento exige a pensão escolar, pelo menos em 10% dos verdadeiros valores e parcós de recursos. Este é o caminho mais seguro para a formação de uma pujante classe média.

Via de regra, a distribuição da sociedade em classes é baseada na segmentação econômica. Com a justiça social, será possível, no avanço espetacular da cibernetica, *dar a cada um de acordo com suas necessidades e de cada um de acordo com suas possibilidades*. Dentro de tais atribuições do Estado na moderna economia política, os desniveis econômicos podem ser corrigidos evitando o desperdício e fartura das classes privilegiadas em contraste com a miséria de muitos. Estamos verificando o descontentamento da classe média, esprimida entre as reivindicações atendidas da numerosa classe obreira e a classe dos detentores dos bens de produção. É um fenômeno perigoso que precisa ser focalizado.

Evidentemente deverá haver uma formação grosseira de três classes sociais. A popular ou obreira, a média e a elite ou classe dirigente. A tendência sadia é engrossar continuamente a classe média. A classe obreira ou popular qualifica-se pela Educação, quando adquire prerrogativas econômicas e culturais que tende a elevá-las. Vemos, pois, que a atuação de uma Política adequada do Governo, poderá progressivamente caminhar na direção acertada. Uma sólida constituição da classe média é fator preponderante de fortalecimento do Poder Nacional. *Brasília é uma estrutura psico-social básica.*

Se quisermos criar além de um progresso material, uma civilização, deveremos atender ao fato psico-social nas proporções dos atendimentos econômicos. Brasília constitui uma usina de Volta Redonda dentro do setor psico-social. Não existe sombra de dúvida do sacrifício a que seremos levados por tal empreendimento. Como já assinalamos, a determinação de evoluir e desenvolver exige renúncias, trabalho e lutas. Contamos contudo, na oportunidade exata, com as condições da conjuntura brasileira frente a situação mundial do desenvolvimento. Dificilmente são hoje em dia encontradas sugestões mais favoráveis ao emprêgo do capital internacional, do que no Brasil. Grandes organizações financeiras internacionais concentram em suas mãos capitais de origem popular para serem investidos. O Capital «democratizou-se». Existe grande plethora de capitais nos países evoluídos. O seu emprêgo e reprodução tornam-se imperativos de sua existência. O mercado de aplicação na Ásia torna-se desfavorável e inquietante, pelos surtos de reivindicações sociais sem a conveniente evolução social, o nacionalismo xenófobo e a instabilidade política. As suas populações encontram-se em níveis baixos de bem-estar, tornando-se u'a massa volumosa de consumidores em potencial duvidoso e muito distante. Nos países de economia desenvolvida, que possuem abundância de capitais, com sua consequente concorrência, a taxa de reprodução é baixa. No resto das Américas, excetuando o Brasil, a situação inconveniente para a aplicação de capitais é semelhante, mas, por outros motivos. Nível de vida excessivamente baixo, via de regra, pela qualificação demográfica. Nível de prevalência de situação psico-social ainda deficiente. Sómente o Uruguai, encontra-se em boa situação a este respeito, contudo, a sua população é muito limitada. A Argentina sofreu tremendamente com o governo peronista. As condições financeiras estão em situação muito grave frente a suas próprias possibilidades. As reivindicações sociais agravam a situação, justamente pelo fato de possuir uma boa formação de classe média, onde a classe obreira ascendeu financeira e educacionalmente. O Brasil, apenas utiliza 20% de suas terras cultiváveis, não possui desertos, como aumento demográfico dos maiores do mundo, ainda mais acentuado pela medicina e pela higiene. Em 1980 teremos aproximada-

mente 100 milhões de habitantes. O baixo nível de vida em que vivemos, resultou em um volume enorme de consumidores, com uma ligeira ascensão de condições de vivência e bem-estar. Daí ter resultado e com fundamento, a média anual de 100 milhões de dólares de investimentos estrangeiros em nosso país. Representa isso *uma poupança e esforço de outrem*, empregados em nosso desenvolvimento econômico e em condições tecnológicas especiais. Tal quantia representa quase 30%, em cruzeiros, dos investimentos privados nacionais, e por ano. A nossa atitude tradicional de respeitar os convênios legais prevalentes à entrada de capitais; certa estabilidade política, caracterizada por mudanças e transformações sem qualquer repercussão acerca dos direitos estabelecidos pelos Institutos Legais que nos regem, inspiraram certa confiança do Capital Internacional. Estamos certos assim que as inversões dos setores psico-sociais, se bem que aparentemente inadequadas a condições econômicas e financeiras do momento, alicerçarão ainda mais as sugestões para investimentos de capitais alienígenas. A chamada crise de «desenvolvimento», só é criticada justamente por não cuidar dos fatores psico-sociais nas proporções devidas e da assistência ao trabalho agropecuário. Indiscutivelmente, a taxa de crescimento econômico deve encontrar-se nas proximidades de 3%, o que equivale dizer, equiparando-se àquela do índice de crescimento demográfico. Representa isso, a conservação do bem-estar do povo, na situação atual. Acreditamos que perdurará ainda por dois a três anos, até que os grandes empreendimentos em curso comecem a produzir seus frutos.

Eis como e porque justificamos e compreendemos a construção de Brasília.

OPINIÃO DO POVO E OPINIÃO PÚBLICA

Opinião do povo:

«Atitude consciente e decisiva de certeza sobre fatos, situações e condições de uma população, difícil de ser alterada ou modificada».

Opinião pública:

«Inclinação para a verdade de um fato sem possuir, contudo, os elementos subjetivos e objetivos de Certeza. Imprevistos, fatos emocionais, ocorrências sentimentais, mudam rapidamente a iterativa então seguida».

A Opinião do Povo já vem enraizada e consolidada através de gerações e de transmissão tradicional. Tal conduta não se presta a manobras e trabalhos de modificações, sendo, inclusive,

assunto considerado como Objetivo Nacional Permanente. Assim, seria tarefa impossível modificar a Opinião do Povo sobre a forma de governo republicano, a volta do regime de escravatura, a alteração da atual divisão territorial, etc. A atitude é definitiva e decisiva, não se prestando a «controvérsias, contra-informações, propaganda» com objetivos de modificação. O povo poderia ser definido como «sociedade composta de um número variável de grupos locais de relativa homogeneidade cultural, ocupando um território definido, com consciência de semelhança. Um povo pode compreender grupos racialmente diversos». O Público seria um agrupamento amorfo, elementar e espontâneo, cujos membros se empenham em integração antagônica a fim de chegar, pela discussão de um problema de interesse comum, à unidade e decisão. A constituição do público depende do grau de desenvolvimento dos meios de comunicação e da liberdade de discussão.

A diferença entre «opinião pública» e «opinião popular» é no sentido da «promoção» trazida pela propaganda de uma ideia ou fato, provocando controvérsias para conduzir a uma atitude uniforme que existe na primeira, e o desinteresse de «disputa» de atitudes na segunda. Aliás, pelos ditos comuns «despertar a atenção do público», «impressionar a opinião pública» e «esclarecer a opinião pública» já demonstram o caráter de «promoção». Povo, além disso, tem maior amplitude, sendo portanto, mais difícil «uniformizar» atitudes e convicções.

O estudo e a pesquisa tendendo a investigar a atitude e as reações que possam definir a opinião pública, constituem de fato uma ciência nova, cuja estruturação e metodologia ainda situa-se no inconstante e no incerto. Em verdade, a psicologia social sendo uma ciência nova, destacada, segundo alguns, da Sociologia opinando outros pela sua independência. Ela não se acompanha de técnica disciplinada, tendo muito de arte na sua aplicação prática. A arte da pesquisa da alma humana exige um atributo especial e discernimento cultural variável permitindo excluir das conclusões os fatos e as emoções que alteram profundamente o sentido conclusivo da pesquisa. Por outro lado, a constituição biológica do grupo social a ser investigado influí decisivamente no resultado. A sugestão levada por elemento de nível social deficiente no sentido cultural, mas com qualidades intrínsecas de liderança, deforma a mentalidade coletiva do grupo liderando e obriga a uma decisão conclusiva inexata.

A pesquisa de opinião segmentária acompanha-se de erros de interpretação fundamentais. Eis porque H. H. REMMERS («Introduction to Opinion and Attitudes Measurement» Harper & Brothers), diz: «é sempre possível e desejável fazer levantamentos, isto é, examinar segmentos de opinião pública. Mas, sempre que se puder realizar um censo completo há boas razões para preferi-lo».

IMPORTÂNCIA DA OPINIÃO PÚBLICA

A opinião pública inscreve-se entre os meios de que a Nação dispõe para consecução dos objetivos nacionais, sendo no regime democrático, um dos ingredientes do Poder. Pode ser, outrossim, um instrumento do mesmo Poder. Poderá tornar-se, todavia, um fator negativo, criando mesmo um antagonismo (nacionalismo importuno, inconsciente e não dosado nas suas expansões). A França é um exemplo de opinião pública tradicionalmente estruturada no sentido de propriedade individual, renegando ideologias que ferem seus princípios tradicionais.

A modelagem da opinião pública nos regimes totalitários, faz-se, enaltecedo e enfatizando fatos inverídicos, e estabelecendo censura para a verdade. Só se poderá estruturar uma opinião pública perdurable nas atitudes e ações, através da verdade. Encoberta esta, a tendência é a desconfiança, inclusive dos fatos verdadeiros. O engôdo será desmacarado, mais cedo ou mais tarde. A opinião artificialmente formada tenderá à instabilidade.

MARBURY BLADEN OGLE («Public Opinion and Political dynamics») crê que nenhuma forma de governo pode eximir-se ao influxo das influências de Opinião Pública, contudo a Democracia é a mais sensível, porquanto ela é o seu alimento.

No mundo moderno em que as classes lutam em uma competição desenfreada, os elementos técnicos de propaganda podem atuar em favor de grupos sociais e mesmo com interesses antagônicos. Daí necessitar a Democracia de grandes patronos em sua elite dirigente, para, com idônea e inteligente propaganda, exalarer o povo. Em verdade, é uma contra-informação a favor da qual não deveriam ser poupadados recursos materiais. A atuação será dirigida para os fatores que formam o elemento conjunto de Opinião Pública. Visados serão: a família, a escola, o trabalho, a religião; e os veículos — o livro, a imprensa, o rádio, a televisão, etc.

Elemento valioso para a orientação e disciplinação da verdade formadora de uma atitude sadia de Opinião, é atuar inteligentemente no «Universo Estudantil». Tal conduta poderá destruir a ação de propaganda de grupos interessados, pois que cada segmento trabalhará para seus próprios interesses. A influência destes grupos tem-se acentuado na sociedade norte-americana. Tem-se feito sentir a ação destes agrupamentos esforçando-se para atender as suas aspirações comuns, defendendo interesses econômicos, dogmas religiosos, científicos, artísticos, etc., o que tem ocasionado uma diluição do valor da Opinião Pública como fator eficaz de Poder dado que não se torna um meio de perseguir aspirações comuns de todo o Grupo Social. Observa-se tal modificação, especialmente, nos E.U.A. Até empresas de publicidade e de divulgação são de propriedade ostensiva, direta ou

indireta, de grupos econômicos voltados inteiramente para tais interesses.

As Democracias necessitam utilizar mais seguramente dos meios técnicos de informações para propaganda correta de seus atributos e vantagens. Tôdas elas consignam a liberdade de pensamento nos seus Instrumentos Legais de norma de procedimentos sociais. O mesmo não se dá nos regimes totalitários. A Constituição Brasileira, no artigo 141 § 5º reza:

«É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa da censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar, pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do poder público. Não será, porém, tolerada, propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe».

Tal preceito constitucional implica em uma responsabilidade extraordinária do governo democrático. Deveria o Estado, utilizar uma técnica absolutamente honesta e imparcial de propaganda, visando única e exclusivamente o interesse nacional. Cremos que o Instituto de Segurança Nacional deverá estar capacitado para cumprir a propaganda ou contra-informação que se fizer necessária para neutralizar a ação dissolvente da propaganda, agindo sobre a Opinião Pública, levando-a a esposar atitudes contra ela própria.

JEAN-MARIE DOMENACH, em seu livro «A Propaganda Política» procura ressaltar o papel de propaganda subordinando a «Opinião Pública». Parece, contudo, temerário seguir totalmente a opinião do autor, levando-se em conta o nível educacional, a influência dos líderes e a constituição da ética dos mesmos, especialmente o procedimento político. Influem, outrossim, as heranças diversas, as tradições, os fatos históricos e emoções sentimentais de sentido coletivo. Em realidade, a opinião tem sentido coletivo, participando cada comparsa de sua parcela de responsabilidade no resultado total. Para WILLIAM ALBIG, em «Public Opinion», a opinião resulta de um cotejo de juizos, de uma escolha e de um julgamento. A opinião varia quantitativamente, respondendo sempre a um estímulo comum em torno de controvérsia. Estimulada pela controvérsia, ela atua e é atuada pelos procedimentos políticos, especificamente nas sociedades prenhes de dinamismo e pobres de tradições. Mais sensível aos procedimentos políticos nas fases de incipiente cultural e educacional, máximo quando surpreende um grupo social sem bases sólidas de estruturação social. Eis por que se tornam tais grupos prêses

fáceis dos demagogos e aventureiros políticos. A reação popular é violenta quando enganada em tal sentido, demonstrando-se isso pelo repúdio da técnica popular de seleção nos grandes traumas sociais, revoluções, guerras, etc. Quando a Opinião Pública perde sua consistência de estabilidade, pode na renovação ser influenciada pelos líderes, que transmitam em um momento dado, a atitude específica e atual do grupo social. Daí resulta que nos grandes acontecimentos surgem os grandes líderes, tanto na quantidade, como na qualidade. A sorte decidirá, pois, dos bens ou maus destinos do grupo. Vemos que, nos regimes livres, a política procura interferir e orientar a opinião pública acôrdo com interesses de segmentos sociais e de povos. Por outro lado, as iterativas sociais momentâneas inclinam a política, muitas vêzes sacrificando os verdadeiros interesses do grupo. Entra, pois, no regime democrático a Opinião Pública como fator ponderável da fonte de Poder Real. Vemos a importância do regime em dispor de recursos para manter-se íntegro das arremetidas de idealismos estranhos. As técnicas de propaganda variam com as características educacionais e dividem-se conforme o nível estrutural social a ser influenciado. O regime livre só tem o recurso da precisa técnica de propaganda, contrariando os influxos sectoriais da sociedade que agem em seu próprio benefício. Contudo, o procedimento da elite dirigente, bem aperfeiçoado e esclarecido poderia atuar, eficientemente, como contrapropaganda em favor da coletividade.

OPINIÃO PÚBLICA

BIBLIOGRAFIA

- (1) MARBURY BLADE OGLE JR. — «Public Opinion and Political Dynamics»;
- (2) CURTISS MACDOUGALL, «Understanding Public Opinion»;
- (3) WILLIAM ALBIG, «Public Opinion»;
- (4) GEORGE B. DE HUSZAR & THOMAS H. STEVENSON — «Political Science»;
- (5) RAYMOND G. GETTEL, «História das Idéias Políticas»;
- (6) JEAN-MARIE DOMENACH, «A Propaganda Política»;
- (7) WALTER LIPPMAN, «Public Opinion»;
- (8) A-09-53 — Francisco Clementino San Thiago Dantas, «O Poder Nacional» — seus móveis, Interesses e Aspirações; Realismo e Idealismo Políticos»;
- (9) C-22-56 — Raul Rêgo Lima — «A Opinião Pública e o Poder Nacional»;
- (10) BERTRAND RUSSEL — «O Poder, nos homens e nos povos»;
- (11) ORTEGA Y GASSET — «A rebelião das massas»;
- (12) JACKES DRIENCOURT — «La propagande, nouvelle force politique»;
- (13) LEONARD DOOB — «Public Opinion and Propaganda»;
- (14) GUSTAVE LE BON — «A psicologia das multidões».

RELIGIÃO E MORAL

O instinto religioso é comum a tôdas as raças, desde a forma mais primária, nos povos mais selvagens até às sociedades mais evoluídas. A preocupação do sobrenatural e do divino é um sentimento enraizado, mais constante da história humana. A falta de conhecimentos, ocasionando o terror, o mistério e a dúvida, coloca o homem na direção de um Ser Supremo. As diversas concepções dos acontecimentos que ultrapassam a razão, levaram o indivíduo através dos milênios a procurar uma explicação para a motivação da existência. Mesmo fatos, que mais tarde vieram a ser revelados dentro do campo científico, serviram para estruturar e motivar preceitos e práticas de ação religiosa. A filosofia de tôdas as religiões procuram sempre a boa harmonia da vida em sociedade, refreando os instintos tanto mais expansivos quanto mais primária a vida social. A formação da família é um dos exemplos mais fortes dos fundamentos religiosos através dos milênios, dado que o instinto sexual tem ação predominante e incontrolável nos ambientes mentais pouco evoluídos. De tal fato decorre que a constituição da família, célula e motivação de estabilidade de uma sociedade, depende profundamente da estrutura sadia dos dogmas religiosos. Assim, a estruturação social, especialmente a harmonia de classes, vai encontrar em tal meio o sustentáculo de sua constituição. Quase tôdas as religiões da antiguidade eram «politeístas», anotando-se, contudo, que o judaísmo, professado por um pequeno povo da Ásia, foi a primeira religião «monoteísta», que impôs a Bíblia ao mundo civilizado. Súbitamente, sob a ação e a palavra de Cristo, e a pregação dos apóstolos e Padres da Igreja, nasceu o cristianismo. Das consequências da Reforma e as tremendas lutas religiosas do século XVI, nasceram os diversos ramos do cristianismo. Lutero e Calvin influenciaram as bases do protestantismo, que se implantou na Alemanha, países nórdicos da Europa, Inglaterra e finalmente Estados Unidos. A religião cristã, após três séculos de vida obscura e de perseguições, difundiu-se e consolidou-se com Constantino nos países do sul e na Gália. Na época do descobrimento do Brasil, eram Portugal e Espanha os baluartes da religião católica. Assim, foi essa religião que se implantou naturalmente na tradição cultural brasileira, a partir da obra extraordinária e humana dos jesuítas.

Tôdas religiões, em seus dógmas e preceitos, encaram o homem sob o ponto de vista social. Encontramos, pois, nelas um meio de conseguir padrões de procedimentos sociais capazes de harmonizar a vida humana e frear os impulsos biológicos da própria natureza. Infelizmente o sentido tradicional e conservador dos preceitos religiosos tem entrado em tremendo choque nas modificações sociais trazidas pela evolução e pela maneira de viver

do momento presente. Uma reforma das mais profundas será necessária no setor religioso. Hoje todos encontramos no esmaecimento da moral a diminuição da crença. Para o povo, no seu sentido coletivo de viver, a religião é necessária. Impossível será igualar os homens pela posse de bens materiais, daí o papel da religião em tornar possível harmonizá-los pelo espírito, pelo sentimento e pela moral comum.

Em 1781, Kant, filósofo alemão, escrevia a «Crítica da Razão Pura» e em 1785 «Fundamento da Metafísica dos Costumes», onde demonstrou o papel da razão do homem evoluído e consciente de seu dever perante os demais homens. Assim, tornou-se a moral uma regra de vida, variável no tempo e no espaço, sempre dominada pela integração do homem como comparsa social de nível superior, destinado a cumprir um dever diferente dos outros. Pelo exemplo que trazem os mentores de uma sociedade, transplantou-se para as leis e regulamentos um mínimo de procedimentos morais. A elite tem a obrigação de cultivar a ética, que representa o refinamento da moral. Atuando com tal procedimento, exemplifica os demais a terem atitudes sociais compatíveis com a harmonia social.

Em um mesmo país o procedimento social é variável e acatado dentro do segmento social considerado. Perdura, contudo, uma média aceita no todo e no total. Os procedimentos variam com os diversos ciclos humanos, são influenciados pela evolução, pelas transmissões e intromissões de outras culturas. Certas situações supervenientes alteram o conceito de moral.

A vida moderna está exigindo a colaboração da mulher na possibilidade econômica da família. Antigamente a atuação religiosa se fazia sentir no grupo familiar, hoje difícil de reunir para sentir a atuação religiosa. Os métodos de assistência continuam os mesmos. Antigamente a mulher era subordinada e estrangulada em seus sentimentos, coagida e oprimida, não possuia personalidade. Encontrava, em tal situação, muito consôlo, esperança, e mesmo derivação, nos atos religiosos. Hoje, porém, cada vez adquire mais personalidade à medida que caminha a civilização. O mais das vezes o impulso biológico do sexo é dominado pelo espírito, pelos trabalhos materiais, esforço físico, desportos, alpinismo, etc. Alguns casos, porém, grita mais alto o impulso irreprimível. Pois bem, tais pessoas que justamente deveriam ter maior assistência social e religiosa, são relegadas à margem, senão desprezadas. Vemos que os extremos têm prejudicado a sociedade. Quer façam um «tabu» do congresso sexual, quer relaxem com exagero, materializando uma inclinação tão profundamente sentimental e espiritual, as consequências sociológicas são prejudiciais. O materialismo do ato sexual nos países nórdicos da Europa e o distúrbio material que desperta nos E.U.A. por condições tradicionais ligadas aos puritanos que para lá imigraram, causam males que cada vez mais se acentuam no «status»

social norte-americano. A natureza humana não suporta qualquer forma de coação mental. A mulher, contrariamente a sua própria natureza, coage mentalmente o homem norte-americano. As duas naturezas colocam-se em situações inversas. Mais de 14 mil norte-americanos casaram-se com japonêses e 4 mil com européias, não sem protesto público das interessadas. Responderam, êles, que encontraram nelas o que não haviam encontrado em suas patrícias.

Deformadamente, a moral religiosa encontra nas questões sexuais o ponto fundamental de sua definição. Na questão familiar, influem nas decisões políticas que devem acompanhar a evolução social do momento. Preferem dar rigidez a dôgmas ultrapassados ao invés de acompanhar a situação social autêntica. Disso decorrem alguns motivos fortes de falta de fé religiosa. Contudo, nos governos que têm determinação de sentir e evoluir de acordo com as condições sociais novas, nada conseguem de positivo.

Assim como a moral social é regra de vida, variável através dos tempos, com as civilizações e tradições, obedecendo, pelas aquisições técnicas modernas das comunicações rápidas e fáceis a um processo sincrético de harmonia geral, as religiões deverão fazer uma revisão em seus preceitos, reajustar seus atos às condições de vida do momento presente, para que não percam a sua ação em solidarizar um Grupo Social, cumprindo seu papel de meio eficaz de fortalecimento do Poder Nacional.

Se as Leis e Regulamentos obrigam a coletividade a um padrão mínimo de moral social, a ação religiosa tem um maior papel de elevar o padrão comum de procedimentos sociais e, pelos seus líderes e pastores, inculcarem exemplos com que possamos elevar o nível prevalente.

A religião católica apostólica romana que predomina formalmente em cerca de 95% dos brasileiros, encontra apenas 10% que cumprem realmente seus preceitos e exercem a sua prática. Necessitando 50 mil pastores, tem em exercício aproximadamente 10 mil. As exigências e os sacrifícios que demonstram a fé são muito mais fortes nos países mais evoluídos do que entre nós. A sociedade brasileira, na sua dinâmica excepcional, mostra necessidade de modificações calcadas em novas concepções de vida trazidas pelas condições de civilização do século. Em nossa atual situação política e social, de tantas controvérsias, antagonismos e paixões, as igrejas deverão fugir cada vez mais do ambiente temporal das disputas para manterem a força que lhes traz a atividade no setor espiritual. Mesmo pontos controvertidos, em que as condições são constatadas e soluções apoiadas pela maioria dos católicos, encontram na intolerância e intransigência motivos de descontentamentos reprimidos em suas próprias fileiras. Dentro delas são toleradas e bem recebidas condições familiares estáveis, se bem que ilegalmente constituídas.

HETEROGENEIDADE, PRECONCEITOS RACIAIS, REGIONALISMOS

Sob o ponto de vista psico-social a sociedade brasileira praticamente forma um todo racial, não apresentando vestígios de discriminação. A tradicional assistência, com intimidade nos meios familiares, trouxe uma tolerância e disposição favorável que se divulgou horizontalmente na sociedade. A mesclagem do negro é francamente mascarada pelo termo «moreno». A mobilidade social de que somos teatro, redonda em uma união e intercomunicação entre as diversas camadas sociais. Sómente em meios estrangeiros, ou que estes freqüentam, por questões comerciais, ainda, contrariando o espírito da lei Afonso Arinos, furtivamente e por meios tangenciais, a discriminação é feita. Em conclusão, a população brasileira possui sob o ponto de vista racial uma homogeneidade favorável. O meio brasileiro tem conseguido assimilar raças tradicionais, como a judia, que adquire facilmente até as más qualidades e hábitos dos brasileiros. Judeus fundaram cidades brasileiras importantes e foram assimilados no meio familiar. Ainda existe, quanto a eles, uma discreta discriminação, fruto de tradição que aos poucos vão desaparecendo.

REGIONALISMOS

Existem políticos interesseiros no sentido de ressaltar regionalismos para conseguir vantagens materiais cujo emprêgo o povo é que menos lucra. Sombras de ameaças, sem qualquer repercussão nas camadas populares, têm sido aventadas em regiões menos desenvolvidas, por políticos que lançam meio de demagogia vulgar para conseguir canalizar recursos com que alimentam seus apetites pessoais. De um ouvimos certa vez, por canais indiretos, que, já havia «infurnado» 600 milhões para «dar as cartas» na futura luta presidencial. Pois bem, fez um discurso em uma solenidade em que estávamos presentes, lançando a ameaça acerca da possibilidade separativa. Queria mais recursos. Não existe na mentalidade popular, receptividade para regionalismos perigosos. O Brasil, pela sua população, é um só. Em que pese as lutas e dissensões internas, na hora precisa estarão unidos para salvaguardar os objetivos nacionais, contra quaisquer antagonismos internos ou externos.

BIBLIOGRAFIA

(Biblioteca privativa da Escola Superior de Guerra)

- (1) ESG. C-83-54 — Planejamento de Seg. Nac. etc. — 3 partes;
- (2) ESG. C-07-54 — O Poder Nacional, sua avaliação e sua dinâmica, — Eurico Magno de Carvalho;
- (3) ESG. C-87-57 — Organização e funcionamento do Comando nos Altos Escalões: Comando Supremo, Grandes Comandos — Organizações características, Nelson Freire Lavanere Wanderley — Brigadeiro do Ar.

- (4) ESG. A. 35-53 — Estrutura para planejamento da Seg. Nac., Euríco Magno de Carvalho.
- (5) ESG. A-15-53 — Conceito estratégico Nac. e Diretrizes Governamentais, Rodrigo Otávio Jordão Ramos.
- (6) ESG. C-31-58 — Dep. de Estudos — Planejamento da Seg. Nac. Conceitos fundamentais, metodologia para formulação de Conceito Estratégico Nac. Diretrizes Governamentais, Arnoldo Toscano — Cap. M.G.
- (7) ESG. C-34-58 — Dep. de Estudos. Planejamento da Mobilização Nac.; Eduardo Domingos de Oliveira;
- (8) ESG. C-33-58 — Planejamento de Guerra, Luiz Carneiro de Castro e Silva;
- (9) ESG. C-32-58 — Dep. de Estudos. 703 Planejamento de fortalecimento do Potencial Nac. José Sinval Montº Lindemberg. Cel.
- (10) ESG. C-32-56 — Planejamento do fortalecimento do Potencial Nac., Golbery de Couto e Silva.
- (11) ESG. C-30-56 — Metodologia para formulação de uma Política de Seg. Nac., José Kahl Filho — Cel.
- (12) ESG. C-13-55 — O Poder Nac. sua avaliação objetiva. A Dinâmica do Poder Nac. José Luiz Betânia Guimarães — Cel.
- (13) ESG. C-01-56 — A ESG. e a Organização da Seg. Nac., Adjalmar Vieira Mascarenhas — Maj. Brig.
- (14) ESG. C-09-56 — A Mobilização Nac. Conceitos Gerais. José Sinval Montº Lindemberg — Cel.
- (15) ESG. I-54-53 — Princípios da Organização da Defesa da França, Trad. M. Wellich.
- (16) ESG. Cl. — 87-58 — Organização do Comando Supremo dos Comandos c2-04-58 subordinados. 611 Divisão de Assuntos Militares.
- (17) C-30-58 Dep. de Estudos. Planejamento da Seg. Nac. de Conceitos Fundamentais, Golbery do Couto e Silva.
- (18) ADESG — Trabalho do Grupo 5 — 1956 — «Problema de Organização Administrativa em período de Guerra».
- (19) ESG. Ci-88-58 — LEGISTICA MILITAR — Augusto Fragoso Cel. 172
- (20) CI-18-57 — CI-2057 — A-09-53 — A-12-53 — CL-23-57
 03-03-59 — C-97-59 — C-72-59 — C-29-59 — CI-7-59
 04-05-59 — 04-07-59 — 04-04-59 — 04-03-59 — 04-02-59
 801 803 830 870 850
 C-87-59 — C-70-59 — C-53-59 — 0-47-59
 609 491 591 384

(*) Este artigo terá prosseguimento no próximo número.